

Despesas essenciais e rendimento das famílias: efeitos assimétricos da inflação

Portugal, Balanço Social 2022 – Nota intercalar

Bruno P. Carvalho, Universidade Carlos III de Madrid e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

Mariana Esteves, Nova School of Business and Economics

Susana Peralta, Nova School of Business and Economics



Fotografia de capa de Eva Elijas, retirada de *Pexels*.

Versão: 14 de abril de 2022

Esta nota é um complemento ao relatório anual "Portugal, Balanço Social", um projeto da [Iniciativa para a Equidade Social](#), uma parceria entre a Fundação "la Caixa", o BPI e a Nova SBE, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O relatório anual "Portugal, Balanço Social" destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal. Consulte o relatório [Portugal, Balanço Social 2021 aqui](#).

EQUIPA



**SUSANA
PERALTA**
Coordenadora
Científica



**BRUNO
P. CARVALHO**
Coordenador
Científico



**MARIANA
ESTEVES**
Investigadora

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Usamos os microdados do Inquérito às Despesas das Famílias de 2015/16 (último disponível) para analisar o peso das diferentes categorias nas despesas das famílias de diferentes níveis de rendimento.
- As famílias com menor rendimento consomem uma parte superior do mesmo. As famílias que incluem os 20% de indivíduos mais pobres têm uma despesa superior ao rendimento, pelo que não têm margem para acomodar a inflação.
- O peso das despesas essenciais no total da despesa é maior quanto mais pobre é a família. Os produtos alimentares têm um peso de 19,2% na despesa das famílias mais pobres, e de 11% nas mais ricas.
- O peso das despesas de saúde é igualmente superior nas famílias mais pobres.
- As famílias mais pobres gastam, em valor absoluto, menos do que as mais ricas em todas as categorias de despesa.
- O peso das despesas em pão e cereais e em carne é 1,3 vezes superior nas famílias mais pobres do que nas mais ricas. As famílias mais pobres gastam igualmente proporcionalmente mais em óleos (peso 1,4 vezes superior).
- A carne e o pão e cereais representam mais de 5% do total da despesa das famílias de rendimento equivalente muito baixo, ou seja, abaixo de 5 000 € anuais.
- O peso das rendas na despesa das famílias mais pobres é 6,9 vezes superior ao seu peso nas despesas das mais ricas. A eletricidade e gás representam um peso 1,6 vezes superior nas famílias mais pobres, relativamente às mais ricas.
- Nas famílias de muito baixo rendimento equivalente (abaixo dos 5 000 €), os gastos com eletricidade e gás representam entre 10 e 12% da despesa total.
- O peso das despesas em combustíveis é maior nas famílias de áreas rurais. O peso dos transportes públicos e coletivos nas despesas das famílias mais pobres é o dobro do das famílias mais ricas, tal como o peso da despesa em gasolina.
- A transferência monetária que permite às famílias dos indivíduos que se contam entre os 20% mais pobres de Portugal manterem o seu nível de consumo médio em face de uma taxa de inflação de 6% em 2022 é de 474 € por ano: 138 € para alimentação, 253 € para habitação (incluindo gás e eletricidade) e 83 € para transportes. A despesa total associada seria de 400M € e permite compensar totalmente a inflação apenas a entre 56% e 69% destas famílias.
- Este montante é conservador, porque não garante que as famílias satisfaçam as suas necessidades básicas. A taxa de pobreza em 2015 era de 19%, pelo que estes indivíduos correspondem à população pobre nessa data, pelo que não teriam as suas necessidades básicas satisfeitas.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. COMO COMPARAR OS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS	6
2. A DESPESA DAS FAMÍLIAS	8
2.1. COMPOSIÇÃO DA DESPESA.....	8
2.2. RENDIMENTO, DESPESA E POUPANÇA	10
2.3. ZOOM NAS FAMÍLIAS MAIS POBRES	11
3. A ALIMENTAÇÃO EM MAIOR DETALHE.....	12
4. A HABITAÇÃO EM MAIOR DETALHE	16
5. OS TRANSPORTES EM MAIOR DETALHE	18
6. COMPENSAR OS MAIS POBRES PELO AUMENTO DE PREÇOS.....	22
7. ANEXO	27

1. INTRODUÇÃO

Nas Previsões Económicas do inverno de 2022, publicadas a 10 de fevereiro, a Comissão Europeia previa que a inflação deste ano se ficasse pelos 3,5%, depois de atingir um pico de 4,8% no primeiro trimestre do ano. Mas avisava: “Os riscos para as perspetivas de crescimento e inflação são acentuadamente agravados pelas tensões geopolíticas na Europa Oriental.” Duas semanas depois, a Rússia invadia a Ucrânia, dando início a uma guerra com consequências humanitárias trágicas. As ondas de choque desta guerra na economia mundial começaram a fazer-se sentir quase de imediato, amplificando o estrangulamento das cadeias de aprovisionamento e restrições na oferta de produtos essenciais que se iniciaram durante a crise pandémica, com as consequentes pressões inflacionistas.

Os efeitos mais visíveis da inflação no curto prazo têm sido nos bens alimentares e na energia, dois bens essenciais para as famílias, nos quais esta nota se foca. Naturalmente, sendo a energia um fator de produção essencial para as empresas, o seu aumento terá, a breve trecho, repercussões nos restantes bens. Tais repercussões dependem em larga medida dos apoios à produção implementados pelo governo, pelo que a nota se abstém de tecer cenários ou analisar as consequências respetivas.

Os aumentos de preços dos bens essenciais são um fardo para todas as famílias, com especial ênfase naquelas que têm menor rendimento, que neles gastam uma parte mais importante do que ganham. Quantificar esta heterogeneidade é essencial para o desenho das políticas públicas de mitigação dos efeitos da pandemia. Nesta nota, olhamos para o peso que estes consumos têm para as famílias, consoante o seu nível de rendimento.

A nossa análise é baseada no Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), realizado pelo INE com uma periodicidade de cinco anos, com a finalidade de documentar a estrutura de despesa das famílias residentes em Portugal. Nesta nota utilizamos o IDEF 2015/2016, o último disponível. Apresentamos as despesas a preços correntes de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP), tal como nos relatórios de divulgação do IDEF. Assim, são consideradas 12 categorias de despesa (em detalhe na Tabela A. 5 do Anexo):

Categoria de despesa	Nesta nota
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Produtos alimentares
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	Bebidas alcoólicas
Vestuário e calçado	Vestuário e calçado
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	Habituação
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	Acessórios para o lar
Saúde	Saúde

Transportes	Transportes
Comunicações	Comunicações
Lazer, recreação e cultura	Lazer
Ensino	Ensino
Restaurantes e hotéis	Restaurantes e hotéis
Bens e serviços diversos	Bens e serviços diversos

1.1. COMO COMPARAR OS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS

O objetivo desta nota é caracterizar o peso de diferentes categorias de despesas nas famílias residentes em Portugal em 2015/16, consoante o seu nível de rendimento.¹

Para documentar esse facto, ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica (de acordo com o rendimento por adulto equivalente) e depois dividimo-las em cinco grupos de igual número de indivíduos. Estes grupos de igual dimensão são os chamados quintis. As famílias do primeiro quintil (Q1) são as que incluem os indivíduos que estão entre os 20% mais pobres na população residente em Portugal. As famílias do último quintil (Q5) são as que incluem os indivíduos que estão entre os 20% mais ricos na população residente em Portugal. Estas grupos de famílias são identificados como Q1 a Q5 nas Tabelas e Gráficos. Esta divisão é feita com base no rendimento por adulto equivalente.

Tomemos, por exemplo, uma economia com 10 famílias e 30 indivíduos. O procedimento estatístico para as dividir em quintis é implementado da seguinte forma. Em primeiro lugar, calcula-se, para cada família, o rendimento por adulto equivalente. Em segundo lugar, ordenam-se as famílias da mais pobre para a mais rica, segundo este rendimento. Em terceiro lugar, tendo em conta o número de pessoas em cada família, divide-se a população em cinco grupos de 6 indivíduos. Assim, se as quatro famílias mais pobres tiverem, respetivamente, 1, 2, 2 e 1 elementos, perfazem as famílias dos 20% de indivíduos mais pobres, isto é, o primeiro quintil. Se logo de seguida vierem duas famílias de três pessoas, estas compõem o segundo quintil. O procedimento segue desta forma até se formarem os cinco grupos que contêm, por isso, o mesmo número de indivíduos, mas não necessariamente o mesmo número de famílias.

Rendimento equivalente do agregado familiar

O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento total da família por um quociente que traduz a composição familiar e as necessidades de consumo a ela associadas. É construído da seguinte forma: atribui-se o peso de 1 à primeira pessoa adulta, 0,5 às restantes e 0,3 aos menores de idade. Assim, por exemplo, obtém-se o rendimento equivalente de uma família com dois adultos dividindo o total por 1,5 e o rendimento equivalente de uma família com dois adultos e duas crianças dividindo o total por 2,1.

¹ O rendimento inclui todos os rendimentos monetários e não monetários, incluindo rendimentos de trabalho, de capital e transferências sociais.

Estão incluídas nas famílias mais pobres (Q1) todas as famílias cujo rendimento por adulto equivalente é inferior a 7 592. No grupo seguinte, Q2, as que têm rendimentos por adulto equivalente entre 7 593 e 10 249 euros anuais. Os limiares seguintes são 13 257 e 18 117 euros por ano, conforme consta na Tabela 1. Finalmente, o grupo dos 20% mais ricos (Q5) inclui as famílias que têm um rendimento por adulto equivalente entre 18117 e o valor máximo constante na base de dados, que é de 354 270 euros. Mais detalhes sobre os limiares de rendimento e rendimentos médios dos agregados para os restantes quintis de rendimento equivalente estão disponíveis na Tabela A. 5, em Apêndice.

Como interpretar Q1 e Q5

Quando nos referimos às **famílias mais pobres** estaremos sempre a referir-nos às famílias do primeiro quintil, isto é, aquelas que são constituídas pelos indivíduos que estão entre os 20% mais pobres de Portugal, de acordo com o rendimento por adulto equivalente. Sempre que nos referirmos às **famílias mais ricas**, estaremos a falar das do quinto e último quintil, isto é, aquelas que são constituídas pelos indivíduos que estão entre os 20% mais ricos de Portugal, de acordo com a mesma medida de rendimento.

Tabela 1. Rendimento equivalente máximo dos agregados familiares, por quintis de rendimento equivalente

Quintil	Rendimento anual (€)	Rendimento mensal (€)
Q1	7 592	542
Q1_Q1	4 308	308
Q1_Q2	5 413	387
Q1_Q3	6 284	449
Q1_Q4	6 984	499
Q1_Q5	7 592	542
Q2	10 249	732
Q3	13 257	947
Q4	18 117	1 294
Q5	354 270	25 305

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: As famílias do 1.º quintil têm um rendimento por adulto equivalente é inferior a 7 592€/ano (542€/mês). Os grupos de famílias Q1_Q1 a Q1_Q5 obtêm-se subdividido o grupo dos 20% mais pobres em 5 grupos com igual número de indivíduos, ordenados de acordo com o rendimento equivalente.

2. A DESPESA DAS FAMÍLIAS

2.1. COMPOSIÇÃO DA DESPESA

A despesa total anual média dos agregados em Portugal em 2015/16 foi de 20 363€. Deste total, cerca de 31,9% são despesas com habitação, 14,3% com produtos alimentares e 14,1% com transportes (Tabela 2). A saúde representa 5,5% da despesa e o ensino 2,3%.

No entanto, este peso médio de cada categoria esconde assimetrias importantes entre famílias com diferentes níveis de rendimento.

As famílias mais pobres gastam uma proporção maior das suas despesas em bebidas alcoólicas (2 vezes mais do que as mais ricas), produtos alimentares (1,7 vezes mais), comunicações (1,5 vezes mais), saúde (1,4 vezes mais) e habitação (1,2 vezes mais). Já o peso do gasto em lazer, restaurantes e hotéis e ensino das famílias mais pobres é metade do das famílias mais ricas. A última coluna da Tabela 2 sinaliza a azul as categorias de despesa em que as famílias mais pobres gastam uma proporção menor do que as mais ricas – como os transportes e o ensino – e a laranja as despesas em que gastam mais – como os produtos alimentares, a habitação e a saúde.

Tabela 2. Peso de cada categoria de despesa no total das despesas do agregado, por quintis do rendimento equivalente (%)

	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Rácio de pesos Q1/Q5
Produtos alimentares	14,3	19,2	16,9	15,7	14,0	11,0	1,7
Bebidas alcoólicas	1,6	2,3	1,8	1,6	1,6	1,2	2,0
Vestuário e calçado	3,5	2,5	2,9	3,1	3,5	4,2	0,6
Habitação	31,9	35,1	34,3	32,8	31,6	29,6	1,2
Acessórios para o lar	4,0	2,9	3,1	3,5	3,5	5,2	0,6
Saúde	5,5	6,7	6,2	5,7	5,6	4,8	1,4
Transportes	14,1	11,5	12,9	14,2	14,5	15,1	0,8
Comunicações	3,2	4,1	3,7	3,5	3,2	2,6	1,5
Lazer	4,2	2,9	3,2	3,5	4,2	5,3	0,5
Ensino	2,3	1,4	1,7	1,7	2,4	2,9	0,5
Restaurantes e hotéis	8,8	5,3	7,1	7,9	9,2	10,9	0,5
Bens e serviços diversos	6,7	6,0	6,3	6,8	6,7	7,2	0,8
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para a média da população, a despesa média em Produtos alimentares representava 14,3% da despesa média total. Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) representava 19,2% da despesa média total.

A Tabela 2 mostra que os mais pobres gastam 60% do seu orçamento no conjunto das despesas em habitação (31,9%), produtos alimentares (14,3%) e transportes (14,1%). Isto corresponde a um gasto médio de 4 025€ em habitação, 2 200€ em alimentação e 1 323€ em transportes, como mostra a Tabela 3. Como seria de esperar, as famílias mais pobres gastam menos, em valor absoluto, do que as mais ricas, em todas as categorias de despesa.

Nos transportes, por outro lado, as famílias mais pobres gastam menos tanto em euros, quanto em percentagem da sua despesa total, quando comparadas com as mais ricas. O caso da saúde é paradoxal: apesar de o Serviço Nacional de Saúde ser público e tendencialmente gratuito, os gastos em saúde representam 6,7% da despesa das famílias mais pobres, e apenas 4,8% dos das mais ricas – isto, apesar de as famílias mais pobres gastarem cerca metade do valor absoluto, em euros, do que gastam as mais ricas. A outra categoria de despesa na qual se observa um peso bastante superior na despesa dos mais pobres, comparativamente com a dos mais ricos, são as comunicações – embora, neste caso, se trate de despesas menos substanciais para o conjunto das famílias.

Tabela 3. Gasto anual médio por agregado, por categoria de despesa, por quintis do rendimento equivalente (€)

	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Rácio de gastos Q1/Q5
Produtos alimentares	2 914	2 200	2 500	2 962	3 293	3 615	0,6
Bebidas alcoólicas	320	266	262	309	371	390	0,7
Vestuário e calçado	706	282	424	583	833	1 387	0,2
Habitação	6 501	4 025	5 078	6 197	7 415	9 717	0,4
Acessórios para o lar	809	338	465	657	830	1 720	0,2
Saúde	1 126	766	912	1 073	1 306	1 567	0,5
Transportes	2 863	1 323	1 915	2 688	3 398	4 943	0,3
Comunicações	660	467	550	653	758	867	0,5
Lazer	845	332	472	668	984	1 738	0,2
Ensino	459	164	254	324	572	960	0,2
Restaurantes e hotéis	1 786	610	1 045	1 490	2 160	3 571	0,2
Bens e serviços diversos	1 373	694	931	1 277	1 578	2 359	0,3
Total	20 363	11 467	14 809	18 880	23 498	32 834	0,3

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Em média, os agregados familiares residentes em Portugal, gastavam 2 914€ em despesas com produtos alimentares por ano. Os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) gastavam, em média, 2 200€, 60% do que gastavam os agregados mais ricos (5.º. quintil de rendimento total equivalente).

2.2. RENDIMENTO, DESPESA E POUPANÇA

Podemos também analisar o peso das despesas no rendimento familiar, que difere da despesa. Há famílias com despesa superior ao rendimento (recorrendo ao crédito ou a poupanças) e outras para quem a despesa é inferior (quando poupam parte do seu rendimento).

O peso das despesas no rendimento é maior nas famílias mais pobres, que são aquelas que têm menos margem para poupar. Apesar de consumirem menos, como vimos na Tabela 3, cada euro gasto representa uma percentagem superior do seu rendimento. A Tabela 4 mostra quanto é que cada um dos cinco grupos de famílias por categorias de rendimento gasta em média por ano, bem como o peso dessas despesas no rendimento total do agregado. As famílias mais pobres gastam, em média, 11 mil € em despesas anuais, o que representa 122,3% do rendimento. Apenas a partir do Q2 de rendimento, isto é, nas famílias cujos elementos se encontram entre os 20% e 40% de indivíduos mais com menores rendimentos, há uma curta margem para poupança (2%). Os mais ricos (Q5) gastam 31 mil € por ano, o que representa 71,4% do seu rendimento.

O rácio superior a 100% significa que estas famílias tiveram uma despesa superior ao seu rendimento, tendo, portanto, recorrido ao crédito ou a poupanças. Este crédito pode advir de várias fontes, como dos próprios comerciantes. Não tem de ser bancário. Por outro lado, embora não possamos quantificar este fenómeno com esta base de dados, que apenas contém informação sobre as famílias num determinado ano, outras fontes de informação mostram que as famílias mais pobres não são as mesmas de ano para ano. Assim, algumas destas famílias poderão, em anos posteriores, reverter a situação de endividamento.

Tabela 4. Peso das despesas no rendimento total do agregado e valor médio anual das despesas, por quintis de rendimento equivalente (%)

	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
Peso das despesas (%)	86,2%	122,3%	97,6%	93,7%	87,9%	71,4%
Valor média anual (€)	20 363	11 205	14 136	17 850	22 195	31 340

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Em média, as despesas representam 86,2% do rendimento total dos agregados residentes em Portugal. Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente as despesas eram 122,3% do rendimento).

2.3. ZOOM NAS FAMÍLIAS MAIS POBRES

Dado o peso elevado que as categorias de despesa essenciais representam nas famílias mais pobres, apresentamos agora o desdobramento destas famílias em cinco grupos com o mesmo número de indivíduos, outra vez ordenados dos mais pobres aos mais ricos. Assim, cada um destes grupos contém as famílias de 4% dos indivíduos residentes em Portugal, ordenados de acordo com o rendimento equivalente, num total de 20% da população.

As despesas com habitação representam cerca de 34% do total de despesas dos agregados mais pobres dos mais pobres (Q1_Q1), seguindo-se os produtos alimentares (22%) e os transportes (9,4%). As maiores discrepâncias encontram-se nas categorias de bebidas alcoólicas e produtos alimentares. As famílias mais pobres de entre as mais pobres dedicam 22% do seu orçamento a alimentos. A última coluna da Tabela 5 sinaliza a azul as despesas que o grupo Q1_Q1 gasta uma proporção menor do que o grupo Q1_Q5 - como a habitação, saúde, educação - e a laranja as despesas em que gasta mais - alimentação e transportes.

Tabela 5. Peso de cada categoria de despesa no total de despesa do agregado, por quintis de rendimento equivalente, dentro do 1.º quintil (%)

	Q1	Q1_Q1	Q1_Q2	Q1_Q3	Q1_Q4	Q1_Q5	Rácio de pesos Q1_Q1/Q1_Q5
Produtos alimentares	19,2	22,0	19,5	19,0	18,9	17,5	1,3
Bebidas alcoólicas	2,3	3,3	2,5	2,1	2,3	1,8	1,9
Vestuário e calçado	2,5	2,6	2,5	2,3	2,5	2,4	1,1
Habitação	35,1	33,6	36,8	33,9	36,2	34,9	1,0
Acessórios para o lar	2,9	2,8	2,5	3,1	2,7	3,4	0,8
Saúde	6,7	6,7	6,5	7,5	6,6	6,2	1,1
Transportes	11,5	9,4	10,6	12,3	10,9	13,6	0,7
Comunicações	4,1	4,5	4,3	4,3	3,6	3,9	1,1
Lazer	2,9	3,4	2,7	2,7	2,7	3,0	1,1
Ensino	1,4	1,5	0,8	1,5	1,7	1,6	1,0
Restaurantes e hotéis	5,3	4,7	5,0	5,1	5,8	5,6	0,8
Bens e serviços diversos	6,0	5,4	6,3	6,3	6,1	6,1	0,9
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres dos mais pobres (1.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Produtos alimentares representava 22% da despesa média total

As famílias mais pobres de entre as mais pobres gastam em média 9 332€/ano (667€/mês), o que representa 170% do rendimento total do seu agregado (**Tabela 6**).

Tabela 6. Peso das despesas no rendimento total do agregado e valor médio anual, por quintis de rendimento equivalente, dentro do 1.º quintil (%)

	Q1	Q1_Q1	Q1_Q2	Q1_Q3	Q1_Q4	Q1_Q5
Peso das despesas (%)	122,3%	170,1%	125,0%	117,0%	113,2%	112,4%
Valor média anual (€)	11 205	9 332	10 630	11 275	11 964	12 898

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Em média, as despesas representam 170,1% do rendimento total dos agregados mais pobres dos mais pobres (1.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente).

3. A ALIMENTAÇÃO EM MAIOR DETALHE

As despesas em alimentação representam 14,3% das despesas dos agregados residentes em Portugal, o que equivale a cerca de 2 914€/ano. Os alimentos que mais pesam nos orçamentos familiares são a carne (21,7%), o pão e cereais (15,2%) e o peixe (14,6%). Para os mais pobres (Q1) os pesos são de 24,5%, 17,3% e 12,5%, respetivamente (Tabela 7).

As famílias mais pobres afetam uma proporção menor das suas despesas a peixe, leite, queijo e ovos, fruta e açúcar/confeitaria do que as mais ricas. Por outro lado, as categorias de pão e cereais, e de carne e óleos representam uma percentagem superior das suas despesas, comparativamente às famílias mais ricas. Com menor discrepância, as categorias de produtos hortícolas e de água e refrigerantes têm igualmente um peso superior nas despesas das famílias mais pobres. A importância da carne, pão e cereais no orçamento das famílias mais pobres mostra o peso dos bens essenciais nas despesas destas. Na Tabela 7, a última coluna sinaliza a laranja as categorias de alimentação cujo peso na despesa é superior nas famílias mais pobres. A azul surgem as categorias cujo peso na despesa é inferior nas famílias mais pobres.

Tabela 7. Peso de cada tipo de alimento no total das despesas em produtos alimentares, por quintis de rendimento equivalente (%)

	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Rácio de pesos Q1/Q5
Peso da alimentação no total das despesas do agregado							
Produtos alimentares	14,3	19,2	16,9	15,7	14,0	11,0	1,7
Peso de cada tipo de alimento nas despesas em alimentação							
Pão e cereais	15,2	17,3	16,3	15,4	14,4	13,6	1,3
Carne	21,7	24,5	23,2	23,1	20,5	19,1	1,3
Peixe	14,6	12,5	14,3	14,4	15,0	15,9	0,8
Leite, queijo e ovos	12,6	11,9	12,2	12,7	12,6	13,3	0,9
Óleos	4,1	4,6	3,8	3,9	5,2	3,2	1,4
Frutas	9,6	7,6	8,5	9,1	9,9	11,7	0,6
Produtos hortícolas	9,5	10,2	9,4	9,3	9,2	9,4	1,1
Açúcar e confeitaria	3,2	2,6	2,8	3,1	3,5	3,7	0,7
Outros	2,9	2,5	2,8	2,7	3,1	3,3	0,7
Café, chá e cacau	2,9	2,4	2,6	2,7	3,0	3,3	0,7
Águas, refrigerantes e sumos de frutas	3,7	4,0	4,1	3,7	3,7	3,5	1,2
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Pão e cereais representavam 17,3% da despesa média total, 1,3 vezes mais do que para os agregados mais ricos (5.º quintil de rendimento total equivalente).

A Tabela 7 mostra que os gastos com alimentação têm um peso superior no total das despesas quanto mais pobre for o agregado. A Tabela 8 mostra que para os mais pobres dos mais pobres (Q1_Q1) a alimentação representa quase um quarto do total das despesas do agregado. Consomem proporcionalmente mais em pão/cereais e carne do que o grupo menos pobre (Q1_Q5), e menos em açúcar/confeitaria, peixe, leite e fruta.

Tabela 8. Peso de cada tipo de alimento no total das despesas em produtos alimentares, por quintis de rendimento equivalente, dentro do 1.º quintil (%)

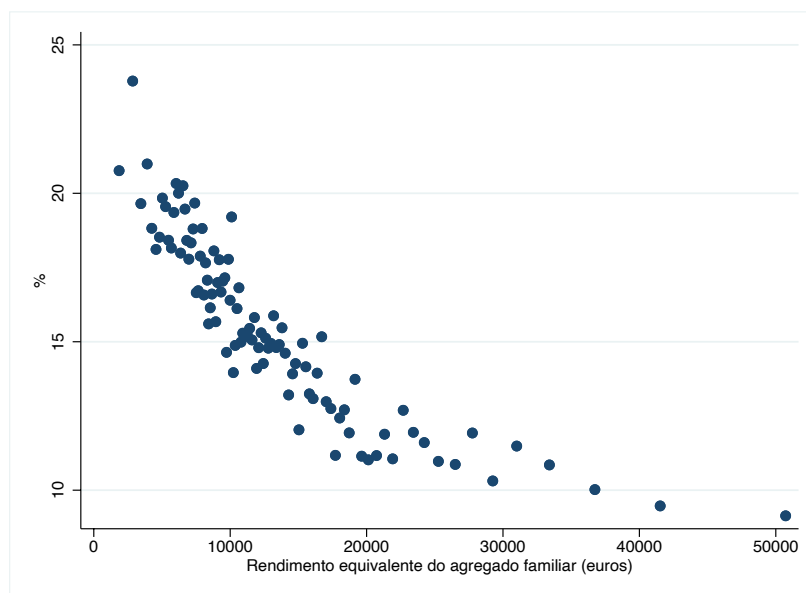
	Q1	Q1_Q1	Q1_Q2	Q1_Q3	Q1_Q4	Q1_Q5	Rácio de pesos Q1_Q1/Q1_Q5
Peso da alimentação no total das despesas do agregado							
Produtos alimentares	19,2	22,0	19,5	19,0	18,9	17,5	1,3
Peso de cada tipo de alimento nas despesas em alimentação							
Pão e cereais	17,3	18,1	18,2	17,2	16,1	17,1	1,1
Carne	24,5	26,4	24,9	23,1	24,4	23,9	1,1
Peixe	12,5	11,8	12,0	13,0	13,7	11,7	1,0
Leite, queijo e ovos	11,9	11,4	11,6	12,4	11,3	12,7	0,9
Óleos	4,6	4,4	3,9	4,6	5,0	4,8	0,9
Frutas	7,6	7,0	7,4	7,6	8,0	7,8	0,9
Produtos hortícolas	10,2	9,9	11,0	10,7	9,7	9,7	1,0
Açúcar e confeitaria	2,6	2,4	2,4	2,4	2,9	2,8	0,8
Outros	2,5	2,1	2,5	2,6	2,5	2,6	0,8
Café, chá e cacau	2,4	1,9	2,3	2,8	2,2	2,9	0,7
Águas, refrigerantes e sumos de frutas	4,0	4,5	3,8	3,6	4,2	4,0	1,1

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres dos mais pobres (1.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Pão e cereais representavam 18,1% da despesa média total, 1,1 vezes mais do que para os agregados menos pobres dos mais pobres (5.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente).

As Figura 1 e Figura 2 mostram uma desagregação mais fina das famílias, o que permite ter uma representação visual do peso de algumas categorias de despesa nos gastos totais de cada família, consoante o seu nível de rendimento equivalente. O peso da despesa em produtos alimentares diminui ao longo da distribuição de rendimentos equivalentes dos agregados familiares, como mostra a Figura 1. A despesa em pão e cereais e carne (Figura 2) representam uma percentagem superior das despesas das famílias com rendimentos equivalentes mais baixos, comparativamente às famílias com rendimentos equivalentes mais elevados (cerca de 5% vs. 2%). Tanto para o peso das despesas totais em alimentação como no caso das duas subcategorias ilustradas, nota-se que o peso das despesas alimentares diminui fortemente com o nível de rendimento equivalente da família para rendimentos inferiores a cerca de 20 000 euros anuais; depois desse valor, a diminuição é menos abrupta.

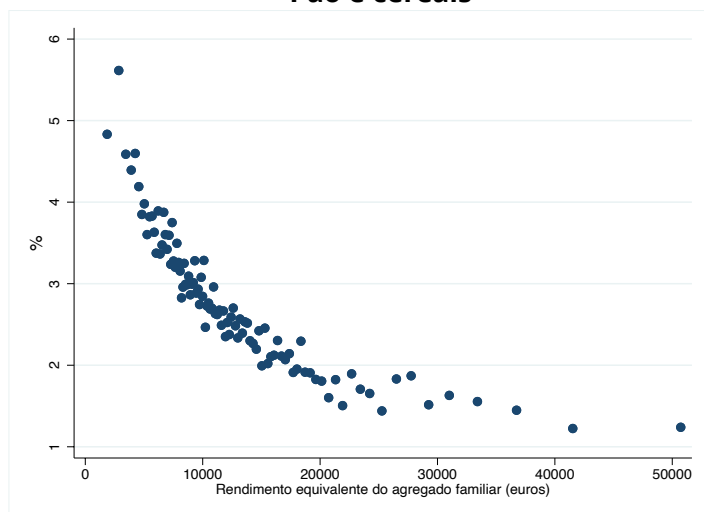
Figura 1. Peso da despesa em produtos alimentares, por rendimento equivalente do agregado familiar



Fonte: IDEF 2015/2016

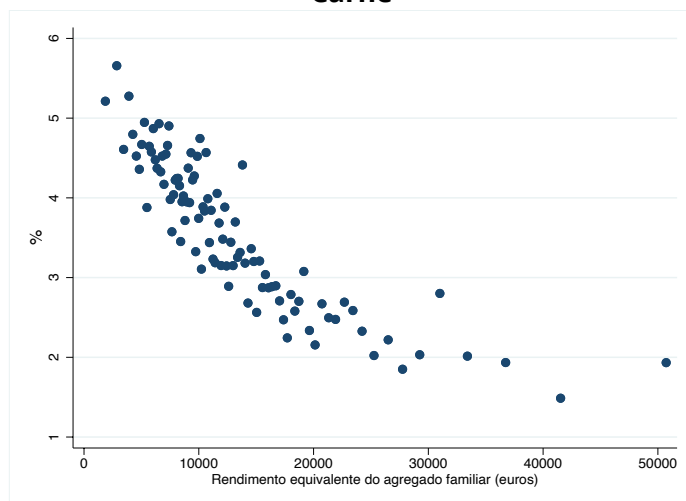
Figura 2. Peso da despesa em pão e cereais e carne, por rendimento equivalente do agregado familiar

Pão e cereais



Fonte: IDEF 2015/2016

Carne



4. A HABITAÇÃO EM MAIOR DETALHE

As despesas em habitação representam 31,9% das despesas dos agregados residentes em Portugal, o que equivale a cerca de 6 501€/ano. Esta categoria pode ser dividida em custos com rendas efetivas e despesas como eletricidade, gás, água e manutenção e reparação da habitação.² Como mostra a Tabela 9, o peso das rendas no orçamento dos agregados mais pobres é 6,9 vezes superior ao peso nos dos mais ricos; o da eletricidade e gás é 1,6 vezes superior.

Tabela 9. Peso da renda e outras despesas no total das despesas em habitação, por quintis de rendimento equivalente (%)

	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Rácio de pesos Q1/Q5
Peso da habitação no total das despesas do agregado							
Habitação	31,9	35,1	34,3	32,8	31,6	29,6	1,2
Peso da renda e outras despesas nas despesas em habitação							
Rendas efetivas	8,0	22,4	11,7	6,7	4,9	3,2	6,9
Manutenção e reparação da habitação	3,3	3,0	2,7	3,2	3,1	4,0	0,8
Abastecimento de água	6,2	6,0	6,1	5,8	6,0	6,8	0,9
Eletricidade, gás e outros	19,7	26,0	22,5	20,5	18,1	16,3	1,6

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Rendas efetivas representavam 22,4% da despesa média total, 6,9 vezes mais do que para os agregados mais ricos (5.º quintil de rendimento total equivalente).

Para os mais pobres entre os mais pobres (Q1_Q1), como mostra a Tabela 10, a habitação representa cerca de 33,6% das suas despesas; nestas, as rendas têm um peso de 41,9%, ao passo que a eletricidade e gás têm um peso de 28%. Quanto mais pobres as famílias, maior o peso das rendas e abastecimentos de água, gás, eletricidade e outros, o que mais uma vez indicia a preponderância destas despesas fundamentais nos orçamentos dos mais desfavorecidos.

² Todas as categorias de despesas são apresentadas nos seus valores líquidos de impostos. Rendas efetivas são rendas de residência principal ou secundária pagas por inquilinos. Nesta análise exclui-se "Rendas subjetivas ou arrendamento fictício", que correspondem a uma autoavaliação sobre o valor razoável de uma renda mensal, em termos hipotéticos, aplicada ao respetivo alojamento, quando o agregado familiar é proprietário do mesmo, a preços de mercado.

Tabela 10. Peso da renda e outras despesas nas despesas em habitação, por quintis de rendimento equivalente, dentro do 1.º quintil (%)

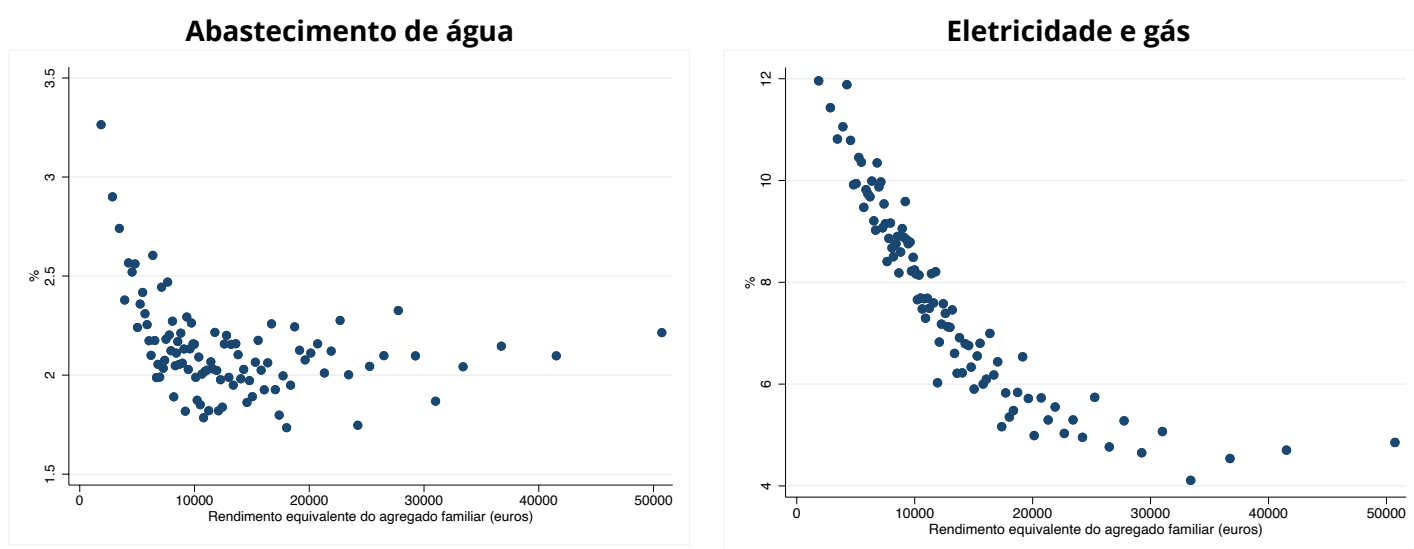
	Q1	Q1_Q1	Q1_Q2	Q1_Q3	Q1_Q4	Q1_Q5	Rácio de pesos Q1_Q1 / Q1_Q5
Peso da habitação no total das despesas do agregado							
Habitação	35,1	33,6	36,8	33,9	36,2	34,9	1,0
Peso da renda e outras despesas nas despesas em habitação							
Rendas efetivas	22,4	41,9	29,3	17,5	15,7	15,1	2,8
Manutenção e reparação	3,0	0,7	3,1	3,2	2,6	4,7	0,1
Abastecimento de água	6,0	7,1	6,1	6,5	5,4	5,6	1,3
Eletricidade, gás e outros	26,0	28,0	24,3	24,9	26,8	26,3	1,1

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres dos mais pobres (1.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Rendas efetivas representavam 41,9% da despesa média total, 2,8 vezes mais do que para os agregados menos pobres dos mais pobres (5.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente).

A Figura 3 permite a visualização do peso de despesas com água, eletricidade e gás ao longo da distribuição de rendimentos equivalentes dos agregados familiares. A despesa com eletricidade e gás é aquela onde as assimetrias por nível de rendimento da família são mais abruptas. Esta despesa representa até 12% das despesas das famílias mais pobres, e apenas cerca de 4% nas mais ricas. Para o abastecimento de água a variação com o nível de rendimento é mais limitada, com o peso da despesa a variar entre cerca de 3,3% e 1,6%.

Figura 3. Peso da despesa em abastecimento de água e eletricidade e gás, por rendimento equivalente do agregado familiar



Fonte: IDEF 2015/2016

5. OS TRANSPORTES EM MAIOR DETALHE

As despesas com transportes representam 14,1% das despesas dos agregados residentes em Portugal, o que equivale a cerca de 2 863€ por ano. As famílias mais ricas são as que gastam uma maior proporção das suas despesas em transportes (15%), como mostra a Tabela 11.

A Tabela 11 mostra as várias componentes desta categoria. Dela sobressai que o transporte pessoal é a despesa mais importante em todas as famílias. Apesar de não haver uma relação clara com o nível de rendimento das famílias, nota-se ainda assim que o transporte pessoal tem um peso inferior nas mais ricas. Ao contrário, as despesas com serviços de transportes, que incluem transportes públicos e coletivos, representam um peso maior para as famílias mais pobres (de 15%, praticamente o dobro do observado nas mais ricas). A gasolina representa igualmente um peso maior para as famílias mais pobres, comparativamente às mais ricas.

Tabela 11. Peso de despesas com transportes no total das despesas com transportes (%)

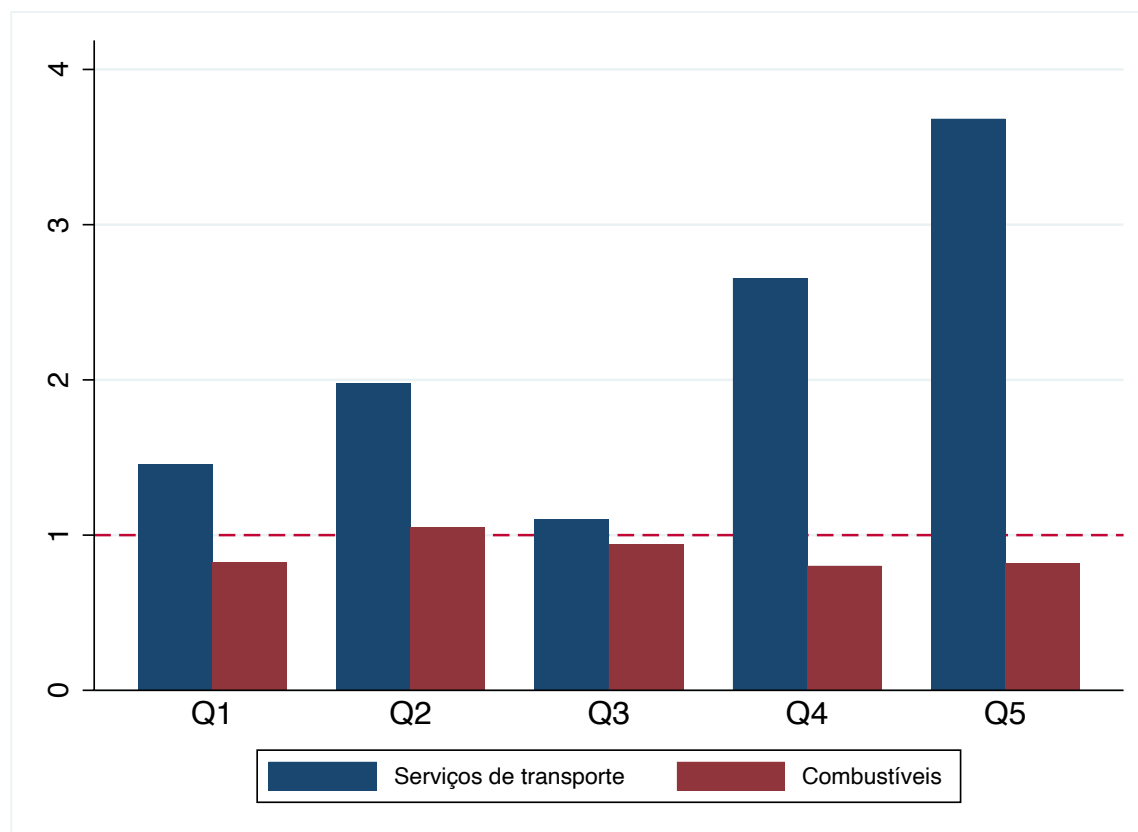
	Todas as famílias	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Rácio de pesos Q1/Q5
Peso dos transportes no total das despesas do agregado							
Transportes	14,1	11,5	12,9	14,2	14,5	15,1	0,8
Peso de cada tipo de despesas com transportes nas despesas em transportes							
Despesa com transporte pessoal	65,2	65,1	70,4	66,5	68,4	60,6	1,1
Combustível	44,0	47,0	49,6	46,6	46,1	38,4	1,2
Gasóleo	26,7	22,3	27,8	27,6	28,7	25,6	0,9
Gasolina	16,8	24,4	21,5	18,2	16,9	12,4	2,0
Serviços de transporte	8,5	15,0	9,2	7,7	7,6	7,4	2,0

Fonte: IDEF 2015/2016

Nota: A categoria "Combustíveis" inclui gasóleo, gasolina, lubrificantes e outros combustíveis para equipamento de transporte pessoal. Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Despesa com transporte pessoal representavam 65,1% da despesa média total, 1,1 vezes mais do que para os agregados mais ricos (5.º quintil de rendimento total equivalente).

Como seria de esperar, existem diferenças substanciais entre áreas urbanas e rurais, como mostra a Figura 4. Os gastos em serviços de transportes são 1,5 vezes superiores para os agregados mais pobres que vivem em áreas urbanas comparativamente aos que vivem em áreas rurais, com menos acesso a este tipo de serviços. Os agregados mais ricos de áreas urbanas gastam quase o quádruplo dos seus congéneres de áreas rurais em serviços de transporte, o que pode ser parcialmente explicado pela inclusão de serviços do tipo táxi nesta categoria. Nas áreas urbanas, os gastos em combustível são cerca de 80% a 90% menores do que nas áreas rurais, para quase todos os grupos de famílias.

Figura 4. Rácio dos gastos em serviços de transporte e em combustíveis entre áreas urbanas e rurais, por quintis de rendimento equivalente



Fonte: IDEF 2015/2016

Nota: A categoria "Combustíveis" inclui gasóleo, gasolina, lubrificantes e outros combustíveis para equipamento de transporte pessoal. Interpretação: Para os agregados mais pobres, os gastos em serviços de transportes são 1,5 vezes superiores nas áreas urbanas comparativamente às áreas rurais.

A mesma tendência se observa quando decompomos as famílias mais pobres. A Tabela 12 mostra que os mais pobres dos mais pobres (Q1_Q1) gastam 2,3 vezes mais em serviços de transporte do que os menos pobres (Q1_Q5).

Tabela 12. Peso despesas de transporte no total de despesa em transporte, por quintis de rendimento equivalente, dentro do 1.º quintil (%)

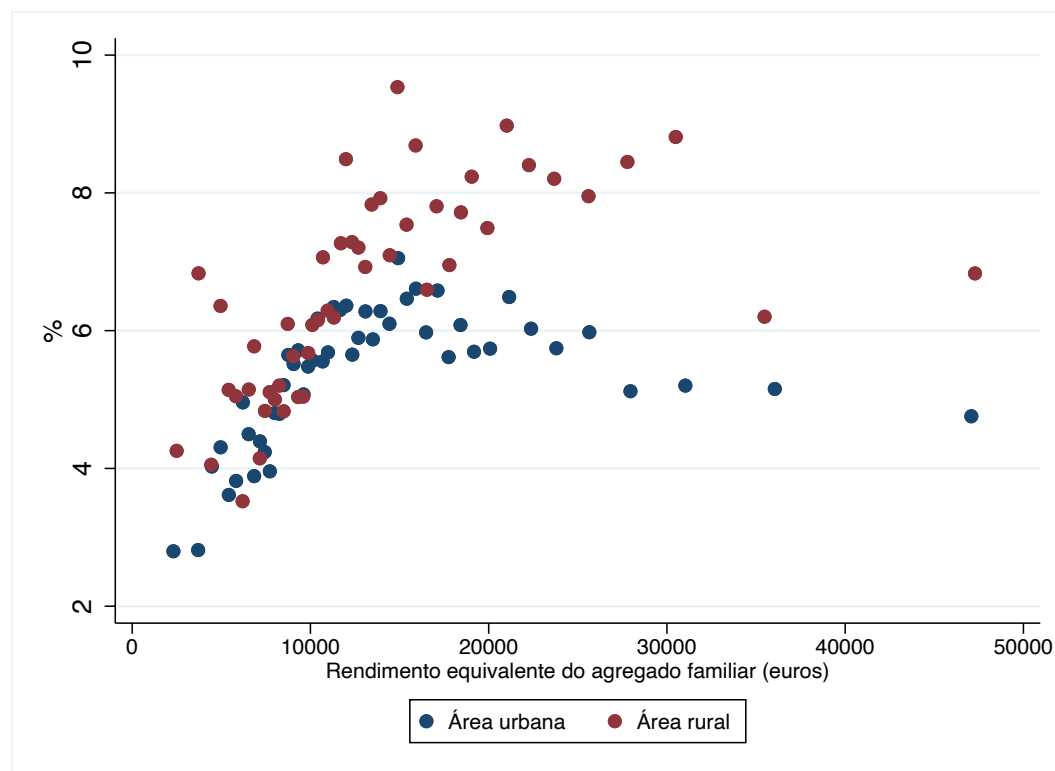
	Q1	Q1_Q1	Q1_Q2	Q1_Q3	Q1_Q4	Q1_Q5	Rácio de pesos Q1_Q1/ Q1_Q5
Peso dos transportes no total das despesas do agregado							
Transportes	11,5	9,4	10,6	12,3	10,9	13,6	0,7
Peso de cada tipo de despesas com transportes nas despesas em transportes							
Despesa com transporte pessoal	65,1	62,3	71,5	64,0	74,0	56,8	1,1
Combustíveis	47,0	47,0	49,0	47,7	53,9	40,1	1,2
Gasóleo	22,3	16,0	24,1	18,8	27,6	22,9	0,7
Gasolina	24,4	30,8	24,4	28,6	25,9	17,0	1,8
Serviços de transportes	15,0	25,9	17,2	13,2	13,6	11,2	2,3

Fonte: IDEF 2015/2016

Nota: A categoria "Combustíveis" inclui gasóleo, gasolina, lubrificantes e outros combustíveis para equipamento de transporte pessoal. Interpretação: Para os agregados mais pobres dos mais pobres (1.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Despesa com transporte pessoal representavam 62,3% da despesa média total, 1,1 vezes mais do que para os agregados menos pobres dos mais pobres (5.º quintil do 1.º quintil de rendimento total equivalente).

A Figura 5 ilustra a diferença do peso da despesa em combustíveis ao longo da distribuição de rendimento equivalente dos agregados familiares, para áreas urbanas e áreas rurais. O peso desta despesa é superior para as famílias com rendimentos intermédios. Nas famílias mais pobres, o peso desta despesa é menor, provavelmente porque não utilizam transporte pessoal para se deslocarem. Os gastos em combustível representam um peso inferior nas despesas das famílias que residem em áreas urbanas, relativamente às rurais.

Figura 5. Peso da despesa em combustíveis, por rendimento equivalente do agregado familiar, áreas urbanas e rurais



Fonte: IDEF 2015/2016

6. COMPENSAR OS MAIS POBRES PELO AUMENTO DE PREÇOS

A evidência reunida nesta nota mostra que o aumento de preços que se antecipa para os próximos meses afetará de forma diferente os grupos da população.

Este aumento pode ser compensado através de transferências diretas ou subsidiação do consumo de determinados tipos de bens. Na Tabela 13 fazemos um exercício para determinar o valor total que seria necessário transferir para as famílias mais pobres para que uma subida dos preços não afetasse o consumo em alimentação, habitação e transporte, considerando três cenários de inflação (2%, 4% e 6%). Consideramos estas categorias de despesa por serem as que têm maior peso nos orçamentos das famílias.

Neste exercício calculamos o valor monetário de que as famílias necessitariam para manter o nível de consumo reportado no IDEF 2015/2016 nos diferentes cenários de inflação. Começamos por atualizar os valores de despesa de 2015/2016 para preços correntes de 2021, usando o Índice de Preços no Consumidor (IPC), calculado pelo INE, ou seja, multiplicamos os valores de despesas constante no IDEF por 1,0465. Fazemos a atualização supondo que a despesa reportada no IDEF está a preços correntes de 2015, já que o inquérito decorreu ao longo de um ano, a partir de 2 de março de 2015.

Depois, calculamos a despesa que seria realizada em cada categoria em 2022, para diferentes cenários inflacionários relativamente à taxa de inflação entre os anos de 2021 e 2022. Com este ajuste, as famílias mantêm o mesmo nível de consumo (isto é, quantidade consumida) e a despesa aumenta de acordo com a evolução dos preços.

Segundo o destaque do INE sobre a evolução do Índice de Preços no Consumidor, de 12 de abril, a variação homóloga do IPC entre março de 2021 e março de 2022 foi de 5,3%, um valor que se aproxima do cenário de inflação mais elevada que consideramos. O índice relativo aos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas teve uma variação superior à do IPC, de 7,2%. Os transportes conheceram uma variação homóloga de 11%. A categoria de habitação está alinhada com a variação do IPC global: variação homóloga de 5,36%.

Embora ainda não saibamos em quanto se cifrará a inflação de 2022, pelo menos nos primeiros três meses do ano e nas categorias de bens nas quais nos focamos mais nesta nota, as famílias enfrentam aumentos de preços superiores ao cenário mais pessimista que apresentamos – o de 6% de inflação.

É por isso que apresentamos o cenário de “inflação diferenciada”, no qual aplicamos uma taxa de inflação às despesas em alimentação de 7,2% às despesas em alimentação, 11% às despesas em transportes, e 5,36% à habitação.

Seria necessário transferir entre 158€ e 545€ por ano para cada agregado, de forma a colmatar o aumento dos preços nestas três categorias de despesa. Considerando que existem 839 572 famílias neste grupo das mais pobres, seria necessária uma despesa entre 133 milhões € e 457 milhões €.

Tabela 13. Transferências necessárias para compensar subida de preços, famílias do 1.º quintil (€)

Inflação	Produtos alimentares	Habitação	Transportes	Total por família	Total nacional	% famílias sem compensação de 100%
Transferências alinhada pela média das despesas de Q1						
2%	46	84	28	158	132,6M	43,7%
4%	92	168	55	316	265,3M	
6%	138	253	83	474	398,0M	
Inflação diferenciada	167	226	152	545	457,4M	
Transferências alinhada pela média das despesas de Q1_Q5						
2%	50	100	39	189	158,3M	29,7%
4%	100	200	78	377	316,7M	
6%	150	299	116	566	475,0M	
Inflação diferenciada	181	267	213	662	555,7M	

Fonte: IDEF 2015/2016

Nota: Comparação com preços correntes de 2021. A transferência é calculada com base na média de despesa de cada categoria no quintil de referência, por isso as famílias que gastam mais do que a média não seriam completamente compensadas por esta transferência. A última coluna mostra a percentagem de famílias deste grupo que não são compensadas a 100%.

Interpretação: Com uma inflação de 2%, a despesa em produtos alimentares aumentaria 46€ entre 2021 e 2022, se as famílias do 1.º quintil de rendimento equivalente continuarem a consumir o mesmo em média que consumiam nesta categoria em 2015/16.

Propomos igualmente um exercício mais conservador, no qual se compensam apenas as famílias que incluem os indivíduos que se encontram entre os 10% mais pobres (com rendimento equivalente até 5 900€/ano). Neste cenário, seria necessário transferir entre 142€ e 487€ por ano para cada agregado, de forma a compensar a subida dos preços nestas categorias de despesa, como mostra a Tabela 14. Considerando que existem 405 392 famílias neste grupo, seria necessária uma despesa entre 58 milhões € e 198 milhões €.

Estas famílias requerem uma compensação inferior porque consomem menos. Estes dois cenários devem ser considerados de forma alternativa. No caso de se pretender implementar uma política de transferências que variam com o nível de rendimento das famílias, o mais comum é que se dê uma maior compensação às mais pobres, e não o contrário. Uma política desse tipo resultaria diretamente dos nossos cenários, se consistisse em compensar as famílias apenas parcialmente pelo aumento dos preços, oferecendo uma compensação mais próxima de 100% às famílias mais pobres, e menos generosa às que têm um nível de rendimento ligeiramente superior.

Tabela 14. Transferências necessárias para compensar subida de preços, famílias do 1.º decil (€)

Inflação	Produtos alimentares	Habitação	Transportes	Total por família	Total nacional	% famílias sem compensação de 100%
2%	43	75	23	142	57,6M	45,6%
4%	87	151	47	284	115,2M	
6%	130	226	70	426	172,7M	
Inflação diferenciada	157	202	128	487	197,5M	

Fonte: IDEF 2015/2016

Nota: Comparação com preços correntes de 2021. A transferência é calculada com base na média de despesa de cada categoria no quintil de referência, por isso as famílias que gastam mais do que a média não seriam completamente compensadas por esta transferência. A última coluna mostra a percentagem de famílias deste grupo que não são compensadas a 100%.

Interpretação: Com uma inflação de 2%, a despesa em produtos alimentares aumentaria 43€ entre 2021 e 2022, se as famílias do 1.º decil de rendimento equivalente continuarem a consumir o mesmo que consumiam nesta categoria em 2015/16.

Como todos os exercícios deste género, este tem também as suas limitações. Destacamos aqui as mais importantes: uma que poderia levar à necessidade de uma menor transferência monetária para os agregados de baixos rendimentos. Outras que levariam a uma transferência de maior valor.

1. Razão para transferência necessária ser menor.

Pelo menos no que aos bens alimentares diz respeito, as famílias terão tendência a consumir menos dos bens cujo preço mais aumenta, substituindo-os por outros com variações de preço menos expressivas. Nos bens energéticos este tipo de estratégias de substituição pode ser mais difícil de implementar. No entanto, por uma questão de clareza e simplificação do exercício, calculamos aqui a compensação necessária para que as famílias possam manter exatamente o mesmo padrão de consumo em face do aumento de preços. É expectável que as famílias consigam fazer face a cada cenário de inflação com uma compensação inferior à que aqui calculamos.

2. Razão para transferência necessária ser maior.

É provável que os cenários de inflação que estamos a considerar sejam otimistas. É sobretudo nos bens energéticos que o nosso cenário é excessivamente otimista, dado que o respetivo índice de preços registou uma avaliação homóloga de 19,8% entre março de 2022 e março de 2021, segundo o INE. Não consideramos esta taxa de inflação no nosso cenário de inflação diferenciada, porque estamos a considerar as despesas ligadas à habitação de forma agregada. De qualquer forma, importa ter em conta que a principal categoria cujo preço está a aumentar é a do gás e eletricidade.

Por outro lado, o cálculo é feito com base na despesa média de cada família neste conjunto das mais pobres. Assim, se todas as famílias receberem o mesmo

montante, as que consomem acima da média não conseguirão manter o seu nível de consumo – estamos a falar de 43,7% das famílias (Tabela 13). Apesar de serem as menos pobres do grupo de famílias coberto pela transferência, são ainda assim famílias com grande privação, correspondendo aos grupos Q1_Q4 e Q1_Q5 analisados ao longo do relatório.

As políticas de apoios não costumam compensar cada família de forma diferenciada, dado que o custo de gerir um sistema desse tipo é demasiado elevado. Assim, um princípio de prudência aconselharia a realizar uma transferência por família mais elevada, por forma a garantir que a generalidade das famílias deste grupo carenciado é devidamente compensada.

Para obviar a este problema, uma solução é manter o princípio da transferência de valor único, alinhando o seu valor pela média da despesa combinada em alimentação, habitação e transportes do grupo de famílias Q1_Q5. Estas famílias são as menos pobres dentro do quintil mais pobre, ou seja, incluem os 4% de indivíduos entre os 16% e 20% mais pobres. Neste caso, a transferência necessária por família seria de entre 189 € (com inflação de 2%) e 662 € (com inflação diferenciada), num total de despesa de 158M€ a 556M€ (Tabela 13).

Finalmente, uma nota de cautela. Os indivíduos que estão entre os 20% mais pobres do país coincidem quase exatamente com os que eram pobres em 2015, ano em que a taxa de pobreza foi de 19% em Portugal. Logo, é provável que a despesa realizada por estas famílias em 2015/2016 não satisfizesse as suas necessidades básicas. Assim, a compensação aqui simulada permitiria a estas famílias manter o nível de consumo que, no entanto, será certamente abaixo daquele que é compatível com a satisfação das necessidades básicas. Por outro lado, qualquer compensação que não cubra totalmente o aumento de preços nestas categorias de consumo essencial deixará estas famílias em situações de grande privação.

7. ANEXO

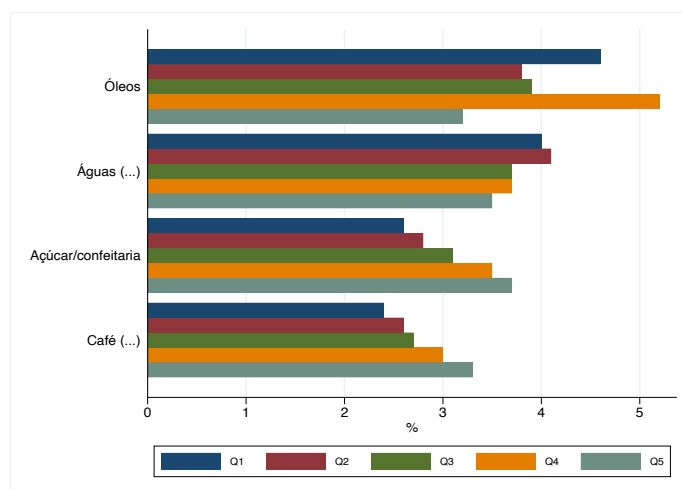
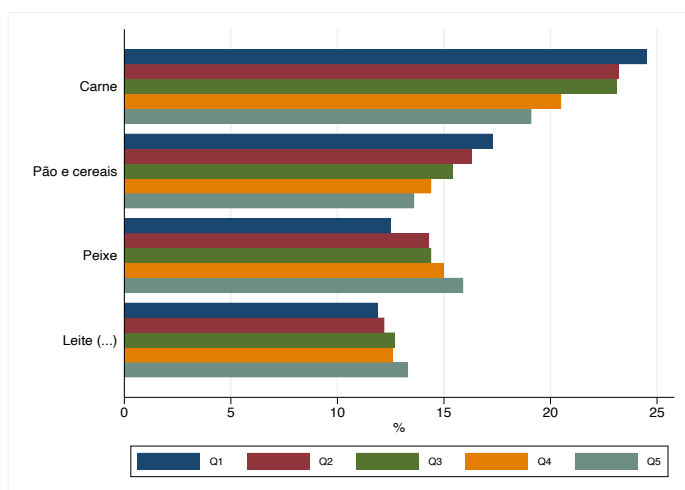
A. 1. Quintis de rendimento médio por adulto equivalente

	Rendimento anual (€)	Rendimento mensal (€)
Total	23 635	1 688
Q1	9 359	669
Q1_Q1	5 675	405
Q1_Q2	8 240	589
Q1_Q3	9 772	698
Q1_Q4	10 665	762
Q1_Q5	12 162	869
Q2	15 156	1 083
Q3	20 139	1 439
Q4	26 714	1 908
Q5	45 921	3 280

Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Em média, as famílias do 1.º quintil têm um rendimento por adulto equivalente de 9 359€/ano (669€/mês).

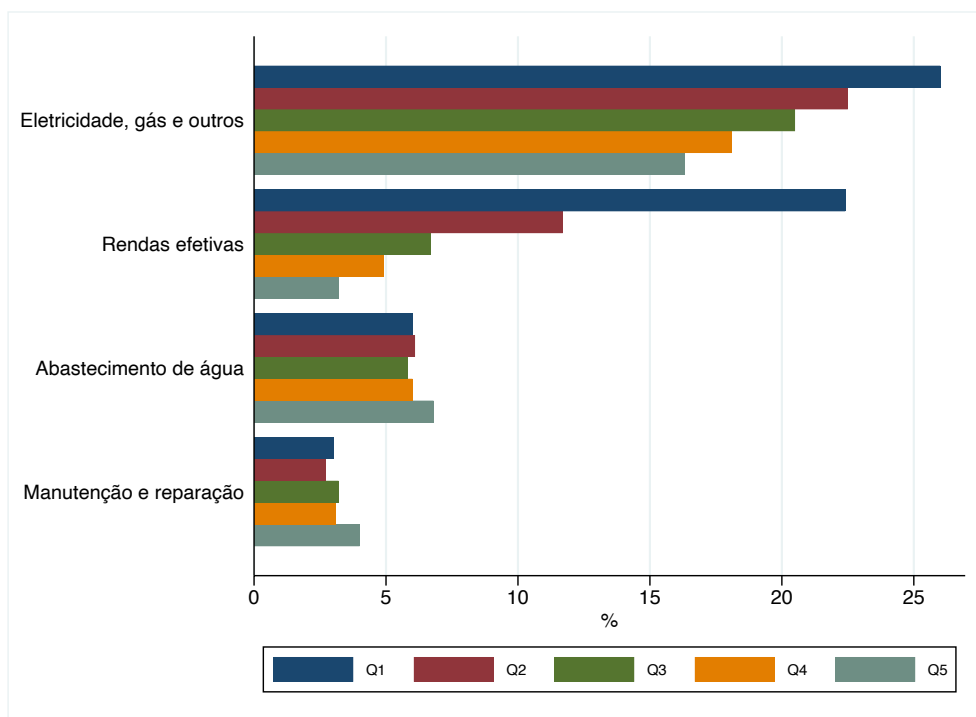
A. 2. Peso de cada tipo de alimento no total das despesas em alimentação, por quintis de rendimento equivalente (%)



Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Pão e cereais representavam 24,5% da despesa média total.

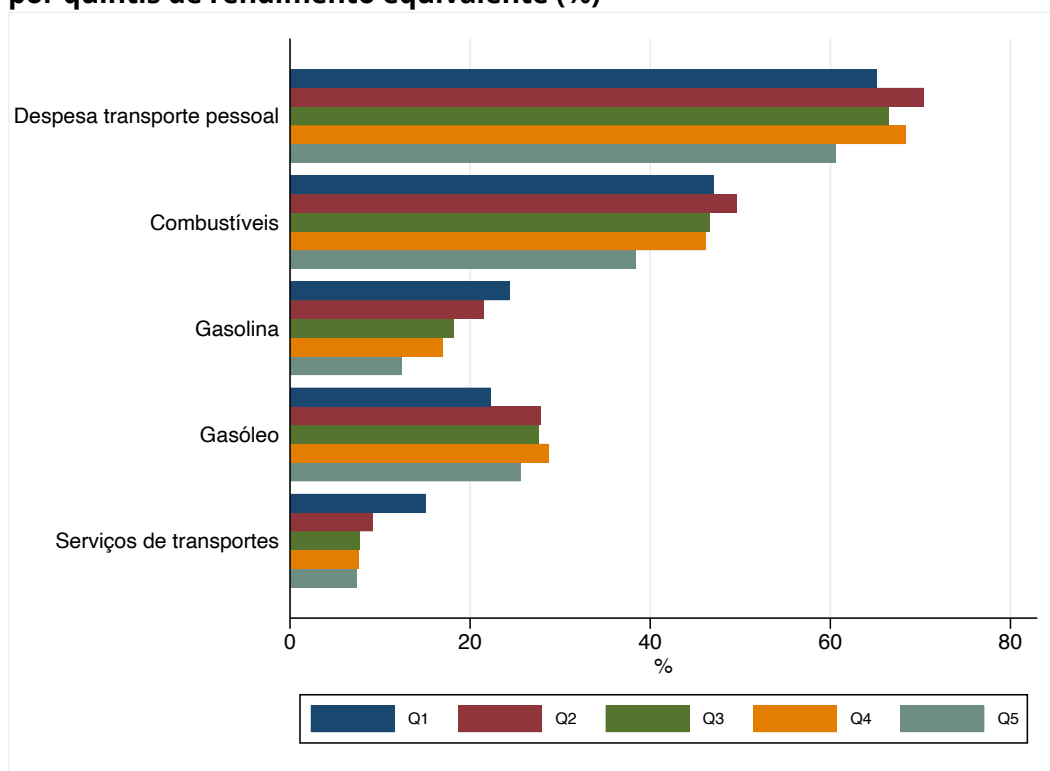
A. 3. Peso das rendas e outras despesas no total das despesas em habitação, por quintis de rendimento equivalente (%)



Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Rendas efetivas representavam 22,4% da despesa média total, 6,9 vezes mais do que para os agregados mais ricos (5.º quintil de rendimento total equivalente).

A. 4. Peso de despesas com transportes no total das despesas com transportes, por quintis de rendimento equivalente (%)



Fonte: IDEF 2015/2016

Interpretação: Para os agregados mais pobres (1.º quintil de rendimento total equivalente) as despesas em Despesa com transporte pessoal representavam 65,1% da despesa média total, 1,1 vezes mais do que para os agregados mais ricos (5.º quintil de rendimento total equivalente).

A. 5. Categorias de despesa utilizadas nesta nota, de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP)

Código IDEF	Categoria de despesa
desp_01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
desp_011	Produtos alimentares
desp_012	Bebidas não alcoólicas
desp_0111	Pão e cereais
desp_0112	Carne
desp_0113	Peixe, crustáceos e moluscos
desp_0114	Leite, queijo e ovos
desp_0115	Óleos e gorduras
desp_0116	Frutas
desp_0117	Produtos hortícolas

desp_0118	Açúcar, confeitaria, mel e outros produtos à base de açúcar
desp_0119	Produtos alimentares n. e.
desp_0121	Café, chá e cacau
desp_0122	Águas minerais, refrigerantes e sumos de frutas e de produtos hortícolas
desp_02	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos
desp_021	Bebidas alcoólicas
desp_022	Tabaco
desp_023	Narcóticos e estupefacientes
desp_03	Vestuário e calçado
desp_031	Vestuário
desp_032	Calçado
desp_04	Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis
desp_041	Rendas efetivas pagas pela habitação
desp_043	Manutenção e reparação da habitação
desp_044	Abastecimento de água e serviços diversos relacionados com a habitação
desp_045	Eletricidade, gás e outros combustíveis
desp_05	Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
desp_051	Mobiliário e acessórios para o lar, carpetes e outros revestimentos para pavimentos
desp_052	Têxteis de uso doméstico
desp_053	Equipamento doméstico
desp_054	Vidros, louças e outros utensílios de usos doméstico
desp_055	Ferramentas e equipamento para casa e jardim
desp_056	Bens e serviços para a manutenção corrente da habitação
desp_06	Saúde
desp_061	Medicamentos, aparelhos e material terapêuticos
desp_062	Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares
desp_063	Serviços hospitalares
desp_07	Transportes
desp_071	Aquisição de veículos
desp_072	Despesa com a utilização de equipamento de transporte pessoal
desp_073	Serviços de transportes
desp_0722	Combustíveis e lubrificantes para equipamento de transporte pessoal

desp_07221	Gasóleo
desp_07222	Gasolina
desp_08	Comunicações
desp_081	Serviços postais
desp_082	Equipamento de telecomunicação
desp_083	Serviços de telefone e telefax
desp_09	Lazer, recreação e cultura
desp_091	Equipamento audiovisual, fotográfico e de processamento de dados
desp_092	Outros bens duradouros para lazer, recreação e cultura
desp_093	Outros artigos e equipamentos para recreação, jardinagem e animais de estimação
desp_094	Serviços recreativos e culturais
desp_095	Jornais, livros e artigos de papelaria
desp_096	Férias organizadas
desp_10	Ensino
desp_101	Ensino pré-escolar e básico - 1º e 2º ciclos
desp_102	Ensino básico (3º ciclo) e secundário
desp_103	Ensino pós-secundário
desp_104	Ensino superior
desp_105	Outros tipos de ensino (não definidos por nível)
desp_11	Restaurantes e hotéis
desp_111	Serviços de refeições
desp_112	Serviços de alojamento
desp_12	Bens e serviços diversos
desp_121	Cuidados pessoais
desp_122	Serviços de prostituição
desp_123	Artigos de uso pessoal n. e.
desp_124	proteção social
desp_125	Seguros
desp_126	Serviços financeiros n.e.
desp_127	Outros serviços n.d.